

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° , DE 2007

Atribui ao Congresso Nacional competência para avaliar o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes, após análise de auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 49 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49.

..... XVIII –
avaliar anualmente, na forma do regimento comum, o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes, os quais poderão ser destituídos de seus cargos por decisão da maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As agências reguladoras constituem um novo tipo de ente estatal criado no Brasil em meados da década de 1990. A presença das agências

tornou-se indispensável para tornar possível a concessão, a agentes privados, do direito de atuar na prestação de serviços públicos, tais como energia elétrica, telefonia, transportes em suas diversas modalidades etc.

Passados cerca de dez anos, as regras de funcionamento das agências reguladoras, entidades típicas de Estado, precisam ser aperfeiçoadas, tanto para preservar sua autonomia e independência, imprescindíveis ao seu bom funcionamento, quanto para suprir lacunas e corrigir problemas evidenciados ao longo dessa primeira década de experiência.

Se a atividade reguladora das agências é inerente à execução das políticas públicas a elas confiadas, nada mais adequado que elas, como órgãos de Estado, sejam submetidas à avaliação de desempenho pelo Senado Federal.

Com base em relatório anual de auditoria elaborado pelo Tribunal de Contas da União, caberá ao Congresso Nacional, por meio de comissão temática pertinente e de acordo com normas traçadas no regimento comum, avaliar o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes.

Ao final, caberá ao Congresso Nacional propor as recomendações e medidas cabíveis, ou mesmo, no caso de grave descumprimento dos deveres funcionais ou das metas fixadas para a agência, promover a destituição dos seus dirigentes, pelo voto da maioria absoluta dos membros de cada uma de suas Casas.

Por todo o exposto, peço aos meus nobres pares seu imprescindível apoio à aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição, na certeza de, com essa iniciativa, estar contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País.

Sala das Sessões,

Senador GERSON CAMATA